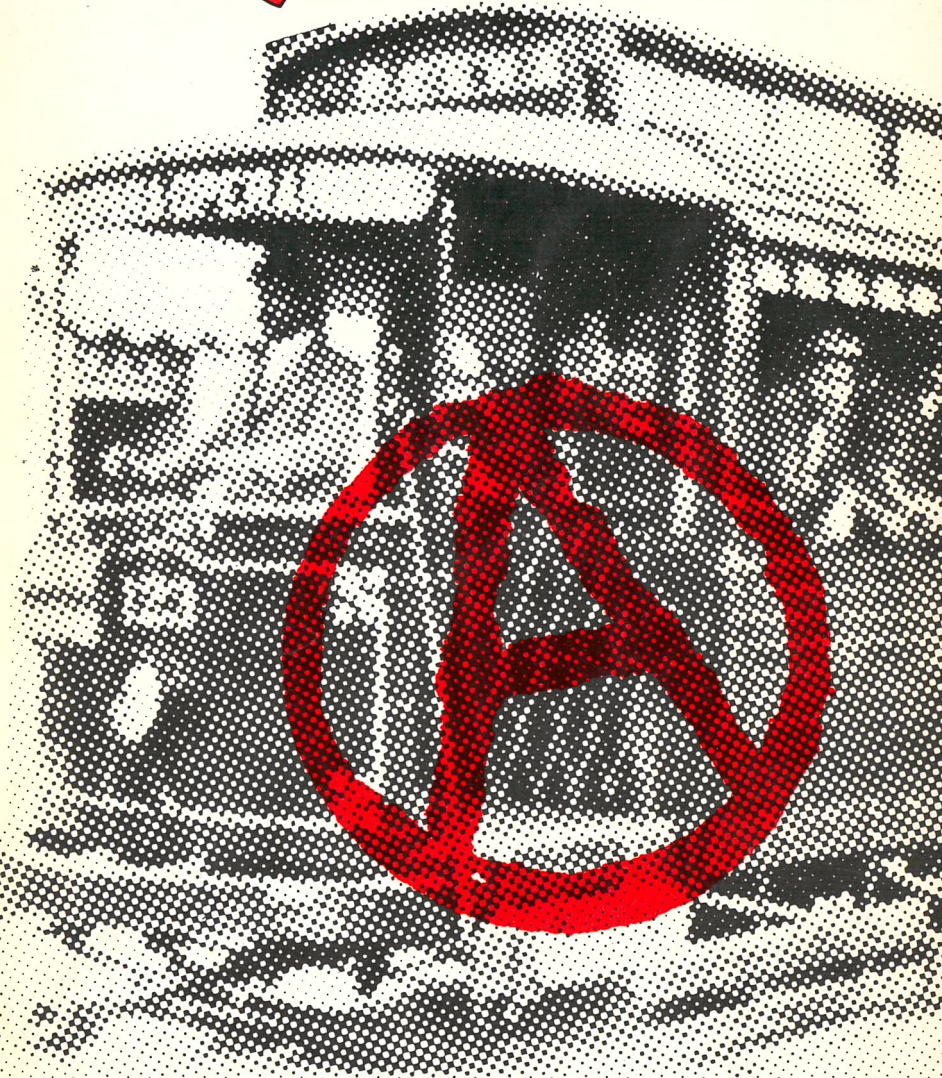


SILVIA LANG MAGNANI

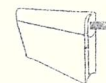
O MOVIMENTO ANARQUISTA EM SP



editora brasiliense

Sílvia Ingrid Lang Magnani

**O Movimento Anarquista
em São Paulo
(1906-1917)**



1982

centenário de monteiro lobato

Capítulo I

MSMO

Introdução

A — Objeto do Trabalho

Este estudo não pretende abranger a totalidade do movimento operário das primeiras décadas do século XX em São Paulo, mas é restrito a uma das expressões do movimento da classe: a ideologia anarquista (vertentes anarco-comunista e anarco-sindicalista). Embora o anarquismo tenha exercido forte influência sobre os primeiros avanços do movimento operário em São Paulo (movimento que exprime a não-submissão integral do operariado à burguesia), o movimento operário não deve ser reduzido ou identificado ao movimento anarquista, já que o operário reagia de diferentes maneiras ante sua condição social: “A grande massa, individual ou coletivamente, assume a exploração sob diversas formas em que se estampam a revolta, a solidariedade, o preconceito, a resignação. Sob este ângulo consciente e ‘krumiros’ integram a experiência da classe operária.”¹

O ano de 1906 foi escolhido como marco inicial por ser a data de realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, entre 15 e 20 de abril, na antiga Capital Fede-

1. Fausto, Bóris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1976, p. 6.

ral. Participaram representantes da cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo (maioria), além de representantes de Alagoas, Estado do Rio, Ceará e Pernambuco. Este Congresso é apontado pela literatura sobre o operariado como o marco de consolidação da influência libertária, sobre o nascente movimento operário. O Congresso de 1906 não foi um acontecimento isolado, mas antes ocorreu em fase de ascensão do movimento operário, marcado pelo aumento do número de greves, de manifestações públicas, pela fundação de "sindicatos de resistência", cuja denominação, por si só, já indica a presença dos anarquistas.

A partir de 1917, após as grandes lutas travadas em São Paulo, sob a direção dos anarquistas (greve geral), e após o sucesso da Revolução Bolchevique, na Rússia, as proposições libertárias passaram por um processo de reavaliação, que culminou com a superação da direção anarquista no movimento operário (o fim deste processo de reavaliação crítica é formalmente estabelecido em 1922, com a fundação do PCB, cujos primeiros quadros eram de origem anarquista. Mas, a influência anarquista, em declínio, persistiu até os primeiros anos da década de 30). A partir de 1917 as lideranças operárias passaram a discutir o caráter do Estado e da política burguesa (validade ou não do partido operário, atuante dentro das instituições burguesas), e a necessidade ou não da tomada do poder político pela revolução proletária (instauração da ditadura do proletariado). Assim, como assinala Fausto,² o ano de 1917 registrou o início do grande teste político do anarquismo, ao fim do qual suas posições foram preteridas. Esta pesquisa não pretende abranger o debate entre anarquistas e marxistas, daí a adoção do ano de 1917 como data-limite.

A pesquisa das fontes primárias concentrou-se basicamente em dois períodos: "La Battaglia" (1901-1911),³ editado em São Paulo, representante das posições anarco-

2. Fausto, Bóris, *Op. cit.*, p. 78 e 245-249.

3. O jornal foi editado entre 1901-1911 sob o título de *La Battaglia* e em seguida até 1913 sob o título *La Barricata*.

comunistas; e "A Terra Livre" (1905-1910), representante das posições anarco-sindicalistas. O jornal foi escolhido como fonte principal por ser um dos poucos vestígios da prática operária, que se conservou, ainda que possa representar a transcrição desta prática reelaborada pelas vanguardas da classe.

A folha anarquista tinha por objetivo a divulgação de ideais políticos (artigos doutrinários) e a divulgação de uma cultura operária, não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e pela moral burguesa (cultura científica); propunha também a instauração de uma moral operária fundamentada na solidariedade humana e de classe. Mas o objetivo da folha não se restringia à propaganda de um ideário político, cultural e moral, buscava também incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, através do noticiário sobre o movimento operário internacional (presente também devido às concepções internacionalistas); através do apelo em prol de diversas formas de ação (greves, boicotes, comícios, passeatas, fundação de sindicatos etc.); e através da denúncia constante das ações opressoras da burguesia, quer nas relações de produção (exploração da mão-de-obra), quer a nível político (ação coercitiva do Estado, parcialidade da Justiça, não respeito aos direitos do cidadão).

B — Bibliografia

O estudo do movimento operário brasileiro, por longos anos, foi praticamente olvidado por nossos intelectuais, sobretudo pelos vinculados à linha interpretativa oficial e conservadora, que não admitia a existência de conflitos sociais profundos no país (ou procurava minimizá-los) e não admitia a possibilidade de interferência da classe operária no desenvolvimento histórico da nação. Destarte, os primeiros estudos sobre o movimento operário originaram-se do interior deste mesmo movimento, através de trabalhos realizados por autores diretamente ligados à política

da classe, ou então próximos à classe. Somente após a “descoberta” da história operária por militantes foi que a Universidade (centro da ciência no país) acolheu a temática, propondo-se a analisá-la através da utilização de procedimentos sistemáticos e racionais de pesquisa e de critérios interpretativos objetivos e científicos (uso do arcabouço teórico das diversas ciências sociais). O mesmo se deu em relação aos estudos sobre o movimento anarquista nas primeiras décadas do século, à medida que o movimento libertário é um dos aspectos particulares do movimento operário.

C — A Teoria da “Planta Exótica”

1. República Velha

Durante a Primeira República, a denominada grande imprensa (ou imprensa burguesa) e a intelectualidade ligada às oligarquias dominantes difundiram “a imagem botânica da ‘planta exótica’ para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira”,⁴ através desta imagem, procurou-se explicitar os motivos do surgimento de doutrinas contestatárias no país e sobretudo combatê-las. O anarquismo era tido como uma doutrina originária e própria de países de maior desenvolvimento industrial (Europa), importada para o Brasil via imigração (entre a massa dos imigrantes se teriam imiscuído alguns poucos elementos anarquistas). O libertarismo não teria condições de florescimento aqui, devido a características peculiares da sociedade nacional.

Em primeiro plano, destacar-se-ia como empecilho à penetração do anarquismo (e demais doutrinas revolucionárias) a tão discutida e propalada índole do povo brasileiro (o conjunto de características psicossociais), marcada sobremaneira pela indolência, pela passividade, pela cordia-

lidade e pelo apego à ordem (a paz), que tornariam o brasileiro um povo naturalmente averso ao anarquismo, dado o seu conteúdo contestatário e seu apelo à luta violenta contra todas as formas de exploração do homem. Assim, a índole do povo brasileiro deveria funcionar como uma barreira à penetração do anarquismo, ficando necessariamente restrito a pequenos grupos de imigrantes (agitadores profissionais), pois mesmo entre os estrangeiros radicados no país a doutrina não lograria obter uma intensa penetração (já que o imigrante estaria à procura de ascensão social).

Simultaneamente à índole do povo, atuariam como empecilho à expansão do anarquismo a ignorância, a deseducação das camadas trabalhadoras brasileiras (mesmo de origem estrangeira), que as impediriam de compreender o conteúdo da doutrina (bem como das demais propostas políticas) e de desenvolver o necessário discernimento para empreender uma ação político-social autônoma. Assim, a norma de exclusão política das classes trabalhadoras seria justificada pelo fato de serem incultas, supostamente carentes da tutela e da proteção dos elementos mais cultos e esclarecidos da sociedade, únicos capazes de avaliar corretamente quais os reais interesses da sociedade como um todo e dos trabalhadores em particular; as camadas ilustradas (ou educadas) teriam entre outras a função de preservar o trabalhador da nefanda influência dos agitadores estrangeiros, pois a ignorância torná-los-ia presas fáceis em mãos de subversivos.

Outro impedimento à penetração do anarquismo no Brasil seriam as condições econômicas; o país era tido como o “eldorado” dos trabalhadores, desde que dispostos a labutarem e não viciados pela preguiça inata do caboclo (como, por exemplo, as colônias de imigrantes do Sul). O trabalhador encontraria condições de tornar-se proprietário: nas zonas rurais, possuidores de pequenos sítios (à margem das grandes fazendas) e, nas zonas urbanas, proprietários de estabelecimentos comerciais (venda a retalho) ou de pequenas oficinas e fábricas. Por outro lado, os assalariados rurais (colonos) e sobretudo os fabris, supostamente, seriam bem remunerados: “Os manufatores susten-

4. Fausto, Bóris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1976, p. 62.

tavam (...) que os empregados não eram mal pagos, pelo contrário 'a escassez e os salários altíssimos são as realidades, apesar das ficções teóricas ou oportunistas de excesso de mão-de-obra e de paga insuficiente';⁵ portanto, as condições de ascensão social, supostamente proporcionadas pelo sistema econômico (aos bons trabalhadores), invalidariam a luta dos anarquistas em prol da extinção deste sistema e afastariam os bons trabalhadores dos núcleos libertários.

Os adeptos da teoria da "planta exótica" sustentavam ainda que no Brasil, diversamente da Europa, não existiriam os conflitos agudos e insuperáveis entre o patronato e o operariado, pois "o patrão também é um operário e muitas vezes o mais sobrecarregado, sobre cujos ombros pesa a maior soma de responsabilidade".⁶ Assim, entre o operário e o patrão não existiriam diferenças significativas, mas tão-somente uma diferença de grau (e não de qualidade, como, por exemplo, o conde Matarazzo era nomeado pela grande imprensa de "operário n.º 1").⁷ No país inexisteria o conflito entre as classes, daí a impossibilidade de ideologias fundamentadas no princípio da luta de classes enraizarem-se no meio social brasileiro.

Em resumo, através do desenvolvimento da teoria da planta exótica, as oligarquias brasileiras, secundadas pelos industriais, consideraram o anarquismo como uma aberração, uma doutrina sem qualquer vínculo com a sociedade nacional. Mas como, então, explicar a sua penetração em setores (ainda que restritos) do operariado? A divulgação da ideologia seria obra de agitadores estrangeiros, elementos subversivos, expulsos de seus países de origem e inadvertidamente acolhidos no Brasil. A atuação destes elementos entre o operariado teria sido facilitada pela dese-

5. Dean, W. *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1971, p. 164 (citando palavras do industrial Eduardo Jafet).

6. Rodrigues, J. A. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, p. 164 (citando palavras de Corrêa de Brito no artigo "A Questão Operária no Brasil", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/jul./1919).

7. Cf. Martins, J. de Souza. *Conde Matarazzo — O Empresário e a Empresa*, São Paulo, Hucitec, 1973.

ducação e ignorância dos trabalhadores, que os tornariam receptivos às falsas promessas, aos engodos de demagogos.

Em última instância o anarquismo era reduzido a um ato criminoso (como atestam as sucessivas leis de expulsão de estrangeiros, sobretudo sua reformulação de 1917, que "não hesita em modificar o conceito de 'residentes' definido pela Constituição Federal: os anarquistas, por se oporem à 'ordem social' (...) constituiriam um 'elemento flutuante', instável, que vagava pelo país para difundir seus ideais e métodos, não podendo, portanto, serem considerados residentes").⁸

2. O Estado Novo

A teoria da "planta exótica" elaborada por autores da Primeira República (e também presente durante o Império, para caracterizar outras correntes de pensamento político) teve longa vida, pois sobre esta matriz de pensamento (de interpretação) basearam-se autores posteriores, sobretudo aqueles que se dedicaram a forjar e difundir a mitologia estadonovista da outorga da legislação trabalhista e sindical, mitologia "até pouco tempo aceita acriticamente pelo grande público, e mesmo por setores especializados no estudo da legislação trabalhista".⁹ Os autores vinculados ao trabalhismo oficial analisaram sobretudo os problemas jurídicos suscitados pela regulamentação das relações capital/trabalho, privilegiando o período posterior a 1930 e ressaltando o caráter inovador e o alcance social das medidas efetivadas sob o governo de Vargas ("a legislação social mais avançada do mundo"), daí a tendência a ignorar a luta operária em prol de melhorias, anterior à vitória da Aliança Liberal (o Estado pós-1930 teria tido o dom de antecipar-se mesmo às reivindicações operárias). Esta atitude buscava também negar a existência das lutas sociais

8. Pinheiro, P. S. "Mr. Dulles Rides Again". *Estudos Cebap* (9), São Paulo, p. 159.

9. Vianna, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 31.

no Brasil (reino da colaboração interclasses) e tentava apagar a memória política das classes trabalhadoras, reafirmando implicitamente sua incapacidade política e a necessidade de tutela, agora do Estado benefactor. Portanto, os autores vinculados ao trabalhismo oficial tenderam a ignorar a influência anarquista nas lutas operárias, ou então a interpretá-la de conformidade com a teoria da “planta exótica”, reafirmando o discurso das classes dominantes da República Velha. Por outro lado, os historiadores oficiais (ou oficializantes) dedicaram pouca ou nenhuma atenção aos problemas sociais, mormente os relacionados às camadas trabalhadoras (com exceção da escravidão), dedicando-se a escrever a crônica dos acontecimentos políticos, como atestam as obras de J. M. Bello¹⁰ e J. Calmon,¹¹ entre outros.

D — A “Descoberta” da História do Movimento Operário

1. Os Representantes Políticos do Operariado

Via mito da outorga da legislação trabalhista e via silêncio dos historiadores oficiais, a história do primeiro movimento operário foi quase ocultada, ausente por longo período das preocupações dos estudiosos do Brasil. Este ocultamento deliberado da história do movimento operário foi primeiramente rompido por escritores diretamente ligados à política operária, quer através de sindicatos, quer através de partidos políticos. Estes estudos, em sua maioria datados da década de 50 e início dos anos 60, procuraram debater amplamente (não restritos às questões jurídicas) os problemas então enfrentados pelo movimento operário,

10. Bello, J. M. *História da República*, São Paulo, Nacional, 1969.

11. Calmon, P. *História do Brasil: A República*, São Paulo, Nacional, vol. 5, 1956.

tanto a nível da organização sindical como a nível da organização partidária, buscando subsídios para a discussão no passado do movimento operário. Os principais representantes desta plêiade são: J. Telles,¹² A. Pereira,¹³ H. Linhares,¹⁴ H. C. dos Reis,¹⁵ cujas interpretações do movimento anarquista são basicamente coincidentes.

Em seus artigos e livros, o anarquismo é tratado como tema secundário (com exceção de Linhares, que realizou um levantamento das greves ocorridas no Brasil desde a época imperial), mormente apresentado à guisa de introdução à problemática posterior à Revolução de 30 (legislação trabalhista e sindical, relacionamento do movimento operário com o Estado). O libertarismo nesses autores é considerado como uma ideologia estranha ao operariado (própria da pequena burguesia), responsável pela debilidade e pelos insucessos do primeiro movimento operário, dada a sua incapacidade de organizar e mobilizar permanentemente a classe; teria encontrado condições de penetrar no nascente movimento reivindicatório devido “a estrutura semifeudal do País, em consequência à própria formação do proletariado nacional, aliás quase todo de imediata origem camponesa e artesanal, inclusive o que provinha de correntes imigratórias, facilmente influenciável pela ideologia pequeno-burguesa do anarquismo”.¹⁶

Esta penetração teria sido favorecida também pelo “socialismo, o confuso e vago socialismo, (que) apresentava-se aqui sempre sob as vestes do mais frouxo reformismo”.¹⁷ Assim, o débil movimento operário brasileiro somente em 1922, através da fundação do PC em bases marxistas-leninistas, encontraria condições de realizar seus

12. Telles, J. *O Movimento Sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

13. Pereira, A. *A Formação do P.C.B. — 1922-1928*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962.

14. Linhares, H. *Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

15. Reis, H. Corrêa dos. “Fatos do Movimento Operário Brasileiro”, *Revista Brasileira*, nº 35, São Paulo, p. 70-78.

16. Pereira, A. *Op. cit.*, p. 14-15.

17. Pereira, A. *Op. cit.*, p. 14-15.

objetivos. Portanto, estas análises adotaram (por vezes implicitamente) um modelo de desenvolvimento do movimento operário, o "curso histórico normal", onde o anarquismo surge como um desvio (ou um erro sectário), embora não se constituísse em um fato inexplicável; o desvio (o erro) seria superado em 1922, com a fundação do PC, fruto do amadurecimento político da classe trabalhadora, no decorrer dos anos 1917/1921 e da influência da Revolução Russa vitoriosa.

Em última análise, a primeira fase do movimento operário brasileiro, embora altamente combativa, pouco teria contribuído para a conquista de melhorias efetivas nas condições de vida do trabalhador e para o desenvolvimento de um movimento revolucionário (luta pelo socialismo). O predomínio da ideologia libertária seria explicado por dois fatores básicos: a estrutura econômica semifeudal (isto é, relações sociais pré-capitalistas) e a origem camponesa e artesanal do operariado. Superou-se, então, a análise conservadora divulgada pelos adeptos da teoria da "planta exótica", que buscaram a explicação para o advento do anarquismo na fortuita e casual entrada de militantes.

De maneira geral, a análise do libertarismo divulgada por militantes do movimento operário tendeu a generalização e esquematizações, em virtude de o anarquismo não se constituir em foco principal de suas preocupações, como também de haver escassa documentação então disponível (aliás foram eles que divulgaram, pela primeira vez, documentos do período). Entretanto, tiveram o mérito de "descobrir" a história até então oculta das classes trabalhadoras, descortinando uma gama de problemas desconhecidos (ou relegados) pelas ciências históricas e sociais no país, que os consideravam temas menores, sem importância decisiva nos rumos do desenvolvimento histórico nacional, problemas que deveriam esgotar-se no âmbito das ciências jurídicas (solução dos conflitos sociais através da regulamentação legal).

2. As Memórias dos Líderes Operários

No início da década de 60, foram publicadas obras que, sob o título de "histórias", contêm o relato das memórias de antigos militantes operários, alguns dos quais se mantiveram fiéis aos princípios do libertarismo e procuraram, através de seus escritos, contraporem-se às análises veiculadas por comunistas e socialistas.

O livro de Leuenroth¹⁸ compõe-se de uma seleção de textos, de autores libertários clássicos e de autores brasileiros ou radicados no Brasil, que pretende dar uma visão sintética do corpo da teoria anarquista, em contraposição às demais correntes de esquerda. A segunda parte compõe-se de artigos que buscam reconstruir a história do movimento anarquista, desde os seus primórdios até ao início da década de 60 no Brasil.

E. Rodrigues¹⁹ escreveu livros, nos quais procurou historiar os movimentos sociais das camadas oprimidas brasileiras, desde o Quilombo de Palmares (1675) até 1922, procurando sempre enfatizar suas supostas características libertárias.

Ambos os autores vêem as primeiras lutas operárias contra o capital como a fase áurea da história do movimento operário, dada a influência do anarquismo, a única ideologia verdadeiramente operária, já que traduziria fielmente os reais anseios de todos os oprimidos e, portanto, a única capaz de conduzir a luta pela emancipação do homem (revolução proletária) e pela organização da sociedade livre, sem o perigo de restabelecimento de privilégios e dominações (o marxismo é combatido dado o seu suposto caráter autoritário e sua proposta de efetivação da ditadura do proletariado, que reconduziria à dominação do homem pelo homem). Assim sendo, o movimento operário posterior a 1922 teria perdido o seu potencial revolucionário, sucum-

18. Leuenroth, E. *Anarquismo — Roteiro da Libertação Social*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, 1963.

19. Rodrigues, E. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil — 1675-1913*, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969. *Nacionalismo e Cultura Social*, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1972. *Trabalho e Conflito. Pesquisa (1906-1937)*, Rio de Janeiro, edição do autor, s.d.

bindo às nefastas influências do comunismo e do trabalhismo oficial, tornando-se essencialmente um movimento reformista, sem combater a dominação capitalista.

As memórias de antigos militantes, anarquistas ou não, são fonte de documentação inestimável para os estudiosos do período, devido à riqueza de detalhes no relato das ações vividas, como também pela transcrição de numerosos escritos que permitem a reconstrução das primeiras lutas operárias.

E — As Abordagens Acadêmicas

1. Os Primeiros Estudos: a Periodização

As primeiras produções de cientistas sociais diretamente vinculados à Universidade brasileira datam de meados da década de 60; o tema predominante foi o sindicalismo pós-1930, sendo que a problemática das ideologias operárias (sobretudo o anarquismo) foi abordada secundariamente. O principal objetivo dos acadêmicos foi aprofundar o conhecimento dos problemas referentes ao mundo do trabalho, através da utilização do arcabouço teórico das ciências sociais e de procedimentos sistemáticos de pesquisa, e eliminar o viés político-partidário e o subjetivismo da literatura divulgada até então.

Os acadêmicos introduziram uma primeira periodização (básica) do movimento operário, dividindo-o em duas grandes etapas gerais, tendo como referência a ascensão de Vargas ao poder. O período anterior a 1930 teria sido caracterizado basicamente pela não-intervenção formal do Estado nas relações capital/trabalho, pela composição social do operariado — majoritariamente de origem estrangeira (em São Paulo, predomínio dos italianos) e pela incipiente industrialização (predomínio da produção agroexportadora). O período que se abre com a vitória da Aliança Nacional teria sido essencialmente diverso, devido à intervenção direta do Estado na regulamentação das relações

capital/trabalho (e mais ainda pela intervenção do Estado na organização sindical), pela nacionalização do proletariado, via migração interna e decréscimo da imigração estrangeira, e pelo desenvolvimento da indústria (processo de industrialização). Desta forma, estes três fatores — política do Estado, composição da classe e indústria (com ênfase nos dois primeiros) — teriam sido os elementos básicos na definição dos rumos, das particularidades dos dois grandes momentos do movimento operário. Ideologicamente o velho operariado teria sido caracterizado pela influência (maior ou menor) de ideologias negadoras da atual organização social (socialismo e anarquismo), atuantes na organização da classe, e pela ideologia do *self-made-man*, o desejo de ascensão sócio-econômica (acesso à propriedade), legitimadora da ordem social vigente, não atuante como fator de organização da classe, mas presente, dadas certas características psicossociais próprias do imigrante (o acesso à propriedade como móvel da imigração).

O novo operariado teria sido permeado pela ideologia do trabalhismo oficial, desenvolvida por determinados ramos do Aparelho de Estado (Ministério do Trabalho) e, em menor grau, pela ideologia marxista veiculada pelo PC. O desejo de mobilidade social ascendente ter-se-ia mantido, ainda que em termos mais modestos, isto é, o novo operário não mais sonharia em “fazer a América”, mas em deixar de ser assalariado, estabelecendo-se como trabalhador autônomo ou como pequeno comerciante. Assim é que a antiga vanguarda da classe operária,²⁰ “não soube ou não pôde atrair os recém-chegados” pois a sua transformação de trabalhadores agrícolas em trabalhadores urbanos por si só já representaria uma melhoria objetiva em suas condições de existência.

Aliada à origem rural recente do operariado, a política de incremento à proteção do trabalho e de controle dos sindicatos, efetivada sob Vargas, atuaria como um “efeito

20. Rodrigues, L. Martins. “Classe Operária e Sindicalismo no Brasil”, in Rodrigues, L. M. (org.). *Sindicalismo e Sociedade*, São Paulo, Difel, 1968, p. 341-360, p. 347.

de amortecimento”, que tornaria “pouco provável que o comportamento do operariado brasileiro, a curto prazo, se caracterize pelo ímpeto revolucionário”.²¹ Portanto, devido a estas novas condições, o movimento reivindicatório da Primeira República não teria logrado continuidade, e o declínio da influência libertária teria sido ocasionado, por um lado, pela recomposição social da classe e das relações operário/Estado, operário/patronato, patronato/Estado; por outro lado, por motivos inerentes à doutrina anarquista: as perspectivas utópicas em relação à eclosão da revolução emancipadora, a recusa em reconhecer o Estado como campo das lutas de classe e a incapacidade de organizar permanentemente amplos setores das camadas trabalhadoras (proposta do sindicalismo de minorias militantes).²²

Estas idéias gerais, aqui esquematicamente delineadas, estiveram presentes em maior ou menor grau, em diversos estudos acadêmicos sobre o movimento operário (basicamente estudos sobre o sindicalismo) embora quanto ao tema específico deste trabalho — o anarquismo — possamos diferenciar diversas correntes de interpretação (o que não exclui diferenças entre autores situados numa mesma corrente).

2. O Anarquismo

De maneira geral, os cientistas sociais vincularam a introdução das idéias libertárias (e demais idéias socialistas) ao movimento imigratório iniciado em meados do século passado e que se prolongou até os anos 20. A imigração em massa para o país provinha, sobretudo, dos países latinos do Velho Continente, onde o anarquismo alcançou forte penetração em movimentos populares, a partir de fins do século XIX. Assim sendo, os imigrantes “vinham

21. *Idem, ibidem*, p. 485.

22. Sobre as diferenças entre o operariado pré e pós 1930, consultar: Rodrigues, L. Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difel, 1966.

imbuídos de idéias, e mais que isso, de técnicas desenvolvidas simultaneamente na época fértil do industrialismo europeu. Eram homens antes de tudo práticos e objetivos. Vinham possuídos de grande espírito de proselitismo (...);²³ o imigrante trasladou para o Brasil “os objetivos de grupos operários europeus politizados e inconformados com a espoliação social, imposta pelo capitalismo industrial. Anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas, ‘carbonários’ e outras variantes do movimento operário europeu de fins do século XIX e primórdios do XX, muitos dos quais expulsos da Europa, tentaram organizar o incipiente operariado brasileiro e fazê-lo reagir como camada social dotada de características próprias”.²⁴ Assim, a introdução das idéias libertárias através do movimento imigratório é um dado assente entre os estudiosos; entretanto, as divergências interpretativas colocaram-se quanto a posterior vigência da ideologia no país, quanto à sua atuação e seu relacionamento com a sociedade brasileira.

A primeira linha interpretativa atribui a presença do anarquismo à composição social da classe; assim, pequenos núcleos de ativistas estrangeiros (a maioria adepta da doutrina ainda em seus países de origem) teriam procurado conduzir e incrementar o movimento reivindicatório e propagar o anarquismo entre as camadas trabalhadoras, sem, no entanto, obter grande sucesso, tanto na organização dos trabalhadores (sindicatos), como na expansão de suas idéias. O confinamento da ideologia a pequenos grupos de operários (elite) é também atribuído à própria origem da classe, pois “o que caracterizava em geral a conduta destes trabalhadores à medida que eram imigrantes, era a vontade de ascensão social”.²⁵ Esta conduta tenderia a legitimar o regime social vigente e a afastar grande parcela dos trabalhadores das teorias que propunham alternativas de profundas transformações sociais; portanto, o comportamento político do imigrante não se pautaria pela contestação do *status quo* (pelo contrário, por sua legitimação). A ideolo-

23. Rodrigues, J. A. *Op. cit.*, p. 32.

24. Cardoso, F. H. *Op. cit.*, p. 472.

25. Cardoso, F. H. *Op. cit.*, p. 473.

gia libertária não teria encontrado possibilidades de atingir amplos setores dos trabalhadores estrangeiros, como também não teria logrado penetração entre a minoria de trabalhadores nacionais, oriundos do meio rural brasileiro (dominado pelo clientelismo e pelo paternalismo).

Paralelamente, a sociedade atuaria no sentido de negar “qualquer possibilidade de definição de interesses autônomos e de ação e reação, em face dos problemas que os (trabalhadores) afetavam ou que diziam respeito à comunidade nacional”.²⁶ À medida que a classe operária não se constituiria em um grupo social coeso, nos momentos em que tentou agir coletivamente suas ações teriam sido marcadas pela ambigüidade, que de antemão comprometia os seus resultados. As principais características do primeiro movimento operário seriam a debilidade e a desorganização, já que “a consciência da situação, como a organização do movimento operário, restringiam-se a limitados setores das camadas trabalhadoras, o problema do poder e a necessidade de uma consciência totalizante não chegavam, em geral, sequer a colocar-se, a não ser como questões meramente intelectuais entre pequenos grupos da elite operária, formados na variada gama de socialistas (...)”.²⁷ Em última instância, o anarquismo teria sido um movimento de importação de idéias, sem qualquer redefinição no novo contexto social, aplicação mecânica de temas e perspectivas do movimento operário alienígena à realidade nacional, restrito ao pequeno círculo da elite operária (que também se constituiria na liderança do débil movimento da classe). Este mecanismo seria comprovado pela ênfase em temas (tão a gosto dos libertários) como o anticlericalismo, o anti-patriotismo e o internacionalismo proletário, que não possuíam o condão de despertar a atenção do proletariado no Brasil. As bandeiras do movimento operário europeu foram agitadas em detrimento de temas, que supostamente sensibilizariam o proletariado brasileiro, como as “questões relacionadas com a reforma agrária, a democratização da vida política, ao capital estrangeiro, que não figuravam no

26. *Idem*, p. 473.

27. *Idem*, p. 478.

rol das preocupações do movimento operário do início do século”.²⁸ Também a utilização de idiomas estrangeiros pela imprensa anarquista (e mesmo nos estatutos de alguns sindicatos) contribuiriam para o maior isolamento dos libertários, que não poderiam levar sua mensagem aos trabalhadores brasileiros. Portanto, a explicação para a vigência do anarquismo nos primeiros anos do século foi atribuída à origem estrangeira do proletariado.

J. A. Rodrigues também privilegia a imigração como fator explicativo da vigência do libertarismo nos primórdios do século; entretanto, considera que o anarquismo teria tido papel fundamental na organização da classe, sobretudo através da fundação dos sindicatos formados pelo “espírito de união e defesa da classe, (onde) se acrescenta a preocupação em resistir ao avanço do capitalismo, considerado ameaçador para o futuro operário, pelo acentuamento do processo de espoliação da força de trabalho (...)”.²⁹ Portanto, ainda que nem todos os operários (ou parcelas significativas) tivessem sido adeptos da doutrina, parcelas significativas teriam aceito a liderança dos elementos libertários (portanto, os anarquistas não se encontrariam isolados do restante da classe); e, embora o movimento operário conduzido pelos anarquistas tivesse sido em seu conjunto um movimento fracassado (não-satisfação das reivindicações), este movimento teria contribuído fortemente para posteriores transformações políticas e culturais no Brasil, sobretudo o reconhecimento pelo Estado e pelas camadas dominantes da então denominada “questão social”. Assim, o autor destaca as contribuições do anarquismo em vez de apontar os possíveis erros da ideologia e a debilidade do movimento operário.

A segunda grande corrente interpretativa buscou a explicação da vigência do anarquismo, em diversos fatores, rompendo a exclusividade da relação imigração/anarquismo. A penetração anarquista foi vinculada à organização político-econômica do país (política do Estado e posição da

28. Rodrigues, L. Martins. *Op. cit.*, p. 346.

29. Rodrigues, J. A. *Op. cit.*, p. 30.

indústria na economia do país). Azis Simão,³⁰ em seu notável trabalho sobre o sindicalismo, aponta para o fato de que durante a República Velha o Estado adotou formalmente a posição liberal clássica de não-intervenção nas relações entre capital e trabalho, não reconhecendo a legitimidade de qualquer legislação trabalhista, como também não reconhecendo a representatividade da associação sindical (junto ao patronato e ao Estado).

O anarquismo, de certa maneira, corresponderia a esta política do Estado, ao propor que as relações de trabalho deveriam ser assentadas entre os próprios envolvidos (patrão e operário) sem a mediação do Estado (ainda que esta posição se fundamentasse em princípios totalmente alheios aos do liberalismo e que — inversamente ao Estado — os anarquistas consideravam o sindicato como o representante do interesse coletivo de seus associados junto ao patronato). O posicionamento do Estado em face da questão operária não seria devido exclusivamente à adoção do *laissez-faire*, mas também à hegemonia política exercida pela burguesia agrário-exportadora e à subordinação política dos industriais. “Como esta classe (burguesia rural) encontrava-se vinculada a uma outra estrutura sócio-econômica (...) ela não estava em condições de desenvolver um comportamento político frente ao operariado, segundo os requisitos internos de um sistema capitalista industrial. A intolerância do poder central, diante das reivindicações operárias, são também fruto dessa ‘inadequação estrutural’.”³¹ As péssimas condições de trabalho e de sobrevivência levaram os trabalhadores a movimentos reivindicatórios e a falta de respostas institucionais adequadas teria possibilitado o desenvolvimento de programas radicais (negação do capitalismo) como o anárquico, cuja proposta de organização sindical pluralista e descentralizada corresponderia à estrutura industrial dispersa e ao pequeno porte da maioria das fábricas. Destarte, a penetração anarquista nos meios proletários não seria devida exclusivamente ao traslado de

30. Simão, A. *Sindicato e Estado*, São Paulo, Dominus Editora, 1966.

31. Ianni, O. “Condições Constitucionais do Comportamento Político Operário”, *Revista Brasileira*, nº 36, São Paulo, 1962, p. 21.

experiência política dos imigrados; a experiência anterior deveria ser necessariamente redefinida no novo contexto social: “É a configuração social (...) que determinou a integração dinâmica daquela experiência produzindo movimentos políticos de nível ideológico elaborado. Houve uma redefinição social das experiências individuais, de conformidade com a singularidade da estrutura econômico-social em formação e é somente neste sentido que pode ser contada positivamente a experiência política dos imigrados.”³²

Entretanto, a ação social e política do operariado não teria sido exclusivamente reivindicatória ou negadora da ordem vigente, pois o imigrante, no geral, teria seu comportamento orientado pela expectativa de ascensão social, o que limitaria e dificultaria (mas não impediria) a penetração e a propagação de ideologias socialistas, bem como dificultaria a organização sindical e política dos trabalhadores. Em resumo, os comportamentos políticos do operariado, ainda que contraditórios entre si ou ambíguos, seriam explicitados pela configuração social; o anarquismo teria correspondido a certos aspectos da configuração social, não permanecendo a transposição de um ideário político-ideológico europeu.

Dentre os brasilianistas, F. Dulles³³ representa a tentativa de realização de uma história neutra, isto é, a história reduzida ao arrolamento de todos os dados, fatos que “falariam por si sós”. Assim, o autor recolheu uma imensidão de dados, ordenando-os por um critério cronológico imediato — ano a ano —, mas a compreensão do movimento operário (e anarquista) foi prejudicada sob “o risco de não se entender nada: os tenentes, as revoltas, o ‘establishment’, os anarquistas, os dissidentes, os comunistas e a repressão”.³⁴

O anarquismo, em última análise, reduzir-se-ia a um acontecimento insólito e curioso, somente inteligível se atribuído ao desejo, ao sonho pessoal dos bravos militantes.

32. Ianni, O. *Op. cit.*, p. 25.

33. Dulles, J. W. E. *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, University of Texas Press, 1973.

34. Pinheiro, P. S. *Op. cit.*, p. 157.

Entrementes, outros brasilianistas, como Maran³⁵ e Hall,³⁶ mesmo dando especial valor ao levantamento documental, procuraram buscar nexos explicativos do movimento operário e libertário. De maneira geral, estes autores deram grande ênfase à relação imigração/movimento operário, aprofundando-a e sofisticando-a. Os brasilianistas em primeiro lugar destacam a debilidade do movimento operário brasileiro da Primeira República, que autores marxistas brasileiros supostamente teriam valorizado em virtude do radicalismo das primeiras lutas operárias, quando comparado ao momento posterior em que o movimento da classe sucumbe a apelos da política populista. A debilidade, a fraqueza do movimento operário seriam frutos da composição social da classe; o imigrante consideraria que sua permanência no Brasil seria curta, pois sonhava retornar ao rincão natal; assim, não teria a pretensão de estabelecer qualquer vínculo com o país, recusando-se a participar de movimentos reivindicatórios; e mesmo quando pretendia fixar-se definitivamente no país, buscaria abandonar a condição de trabalhador, tornando-se proprietário industrial ou comercial; daí o seu desinteresse pelo presente e pelo futuro das camadas trabalhadoras. A alta mobilidade geográfica dos trabalhadores imigrantes, por sua vez, impediria a formação de laços de solidariedade duradouros e permanentes. O grande obstáculo que o movimento operário deveria enfrentar seriam as diferenças raciais e de nacionalidades no interior da classe, que por muitas vezes teriam comprometido o sucesso das ações coletivas. Os

35. Maran, S. L. "Anarcho-syndicalism in Brazil", in *Latin America! Power and Poverty*, Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies, vol. 4, Los Angeles, 1975, p. 101-116.

———. *Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement 1890-1920*, Berkeley, mimeo., 1974.

———. *The Immigrant and the Brazilian Labor Movement, 1890-1920*, Fullerton, mimeo., 1974.

36. Hall, M. *Imigração e Classe Operária em São Paulo*, Campinas, mimeo., s.d.

———. *Italianos em São Paulo (1880-1920)*, Campinas, mimeo., s.d.

———. "Approaches to Immigration History", in Gahan, R. e Smith, P. H. (eds.). *New Approaches to Latin America History*, Austin, University of Texas Press, 1974.

conflitos étnicos e raciais teriam se sobreposto aos interesses gerais e próprios do proletariado.

O terceiro fator explicativo da debilidade do movimento operário seria a política oligárquica de repressão (incrementada pelo etnocentrismo das camadas dominantes). A exclusão política de amplos setores da população efetiva pelo pacto de dominação vigente também contribuiria para que os trabalhadores estrangeiros se desinteressassem e se alheassem dos problemas internos do país (de qualquer natureza); entretanto, em contrapartida, a política oligárquica funcionaria como um fator de incremento à adoção do anarquismo (que abomina qualquer participação política dos oprimidos em instituições estatais burguesas) por pequenos grupos de ativistas, que, não obstante o contínuo trabalho de agitação e organização do proletariado, não lograram grande sucesso (a não ser em alguns momentos de intensa mobilização). O insucesso dos libertários seria devido a características do operariado acima apontadas. Maran retoma a problemática da predominância do anarquismo no movimento operário organizado, argumentando que a origem imigrante do proletariado poderia tê-lo levado a adotar outras ideologias como o socialismo. A adoção do anarquismo por setores do operariado estaria vinculada a certas características psicossociais do imigrante, sobretudo o seu desejo de não romper definitivamente os laços com a terra natal, já que o anarquista o situa como integrante de uma classe universal e integrante de um movimento internacional contra a exploração. A recusa do Estado brasileiro em reconhecer direitos mínimos aos trabalhadores impediria também o desenvolvimento do socialismo reformista, dando lugar ao anarquismo. Embora o anarquismo permanecesse confinado a grupos de ativistas, a liderança destes foi aceita sem contestação por amplos setores do operariado, porque estes ativistas eram operários, o que os tornaria confiáveis aos olhos da classe, fato que não ocorreria com os socialistas (e reformistas em geral), que, oriundos de outras camadas sociais, frequentemente debandavam das posições operárias, buscando proveitos pessoais.

Portanto, os brasilianistas preocuparam-se sobremaneira com a origem estrangeira da classe operária, para elucidar o entendimento do movimento operário da Primeira República.

3. As Recentes Abordagens: Reavaliações

Os estudos sobre o proletariado em geral tomaram grande impulso nos últimos anos, consolidando-se a ruptura com os cânones da historiografia oficial, que privilegiou o estudo da “grande política”, das classes dominantes: “o fundamento explícito desse procedimento era a aparente falta de participação da classe operária ao nível político. Na realidade, a história ideológica não poderia ver uma classe contra a qual ela deveria construir as ocultações necessárias a reforçar o papel clarividente das classes dominantes”;³⁷ da mesma forma, consolidou-se a ruptura com a interpretação estadonovista, reconhecendo-se a existência dos conflitos sociais no Brasil. Em segundo lugar, o estudo das camadas dominadas consolidou-se como linha de pesquisa legítima, tanto no campo da história, como no da sociologia e da política.

A própria produção acadêmica foi revista e criticada, apontando-se para o fato de que, não obstante sua postura inovadora, por vezes foi perpassada por preconceitos oriundos da historiografia oficial. Em relação ao anarquismo, este preconceito revelou-se na ênfase em apontar o seu caráter importado, seu confinamento a pequenos grupos de estrangeiros e sua incapacidade de atingir o trabalhador nacional (mesmo que a classe operária fosse constituída esmagadoramente por estrangeiros).

Os primeiros estudiosos que abordaram o tema anarquismo, de uma forma ou de outra, vincularam a presença desta ideologia à origem social do proletariado, embora em muitos trabalhos estivessem indicados outros fatores sociais intimamente relacionados com a ideologia. Estas indica-

37. Pinheiro, P. S. “Trabalho Industrial no Brasil: uma Revisão”, *Estudos Cebap*, 14, São Paulo, p. 121-131, p. 121.

ções de pesquisa e análise foram encampadas pelos novos pesquisadores, procurando-se relativizar a importância do vínculo imigração/anarquismo; e apontou-se para a necessidade de compreender e aprofundar o conhecimento do conjunto de fatores capazes de explicitar a presença anarquista e a debilidade do primeiro movimento operário. Tarefa que pressupõe a ampliação das pesquisas sobre o operariado, como também sobre a sociedade republicana (que fornecia os limites para a ação operária).

Autores como P. S. Pinheiro, Lígia Silva, B. Fausto, entre outros, baseando-se em sugestões (e na insuficiência) da literatura até então divulgada, relacionaram a introdução da ideologia anarquista no Brasil à origem sul-européia do operariado; sua permanência dever-se-ia ao estágio de desenvolvimento industrial, que permitiria a presença de um grande número de pequenas oficinas, cujos trabalhadores seriam mais sensíveis à influência libertária (Fausto retoma o argumento clássico, que vincula o anarquismo aos primeiros estágios da industrialização, ou a industrialização tardia e débil). O padrão oligárquico de exclusão política facultaria o florescimento do anarquismo, pois “o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes”.³⁸ A condição imigrante dos trabalhadores torná-los-ia, de certa forma, propensos a aceitar o anarquismo em virtude de “componentes utópico-milenarista das doutrinas libertárias (que deve ter compensado em parte as frustrações das expectativas de ascensão social). Ao mesmo tempo, é tentadora a hipótese de uma correspondência entre o cosmopolitismo anarquista e os sentimentos que muitos imigrantes abrigavam. Como observa J. Górdio, ‘a recusa destes à ordem existente encontrava no anarquismo uma resposta simples e satisfatória: os grandes culpados eram os patrões e o Estado; onde eles existissem, os males do trabalhador imigrante estariam presentes’”.³⁹ A debilidade do movimento seria atribuída a

38. Fausto, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, p. 69.

39. *Idem*, p. 70.

diversos fatores, entre os quais a posição secundária da indústria no conjunto da economia; a organização político-jurídica (exclusão política das classes trabalhadoras e não-reconhecimento da legitimidade de uma legislação trabalhista) e a própria ideologia anarquista: "A vanguarda operária do período de resistência e dos começos do período de adaptação não levava em conta, nas suas reivindicações, as condições da etapa do desenvolvimento das relações de produção em que estavam situados; não havia análises tentando caracterizar a fase específica de implantação do capitalismo industrial brasileiro. Suas reivindicações eram, na maioria, relativas à melhoria das condições de trabalho, cujos problemas eram percebidos com sensibilidade pelos líderes operários; ou então exprimiam a espera da revolução social que deveria vir, tentando desenvolver uma estratégia onde a greve ocupava o principal papel. Entre os dois grupos de reivindicações, não havia a mediação de uma análise concreta da conjuntura: a crítica é habitualmente formulada em termos morais, sem preocupação em propor táticas precisas e alianças que poderiam tornar viável os objetivos propostos."⁴⁰

Em resumo, os recentes trabalhos sobre o movimento operário das primeiras décadas do século (como os autores citados, cujas análises não são coincidentes) procuraram aprofundar o conhecimento e a análise da problemática, integrando-a à história geral do período.⁴¹

Nesta linha de reavaliação do período republicano e de aprofundamento do conhecimento operário em geral situa-se esta monografia.

40. Pinheiro, P. S. *La fin de la Première République au Brésil: Crise Politique et Révolution*, p. 95.

41. Deve ser mencionada como representativa desta tendência de integrar o movimento operário à história geral do período republicano a obra de Carone E., *op. cit.*

———. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo, Difel, 1972.

———. *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo, Difel, 1971.

Capítulo II

A sociedade republicana e o anarquismo

A — A Economia Republicana

1. Café

Em 1870 iniciou-se no Brasil, sobremaneira em São Paulo, a transição para a economia capitalista. "O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente o desenvolvimento de forças produtivas; é também desenvolvimento de relações sociais capitalistas. Em outros termos, é o reforço da dominação do capital sobre o trabalho."¹ O início das transformações capitalistas no Brasil deu-se durante a fase imperialista, com o capitalismo já dominante em escala mundial, estabelecendo-se então relações de dominação/subordinação entre o Brasil e as áreas de capitalismo desenvolvido.

As principais transformações capitalistas ocorreram inicialmente na economia cafeeira, que era o elo de intermediação entre o Brasil e o sistema econômico mundial. Os capitais exportados pelos países centrais (sobretudo Inglaterra), propiciaram o desenvolvimento da infra-estrutura urbana necessária à comercialização do café; e financiaram

1. Silva, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, p. 20.

o estabelecimento da República. Os capitais acumulados internamente pela economia cafeeira escravista financiaram a expansão das culturas (Marcha para o Oeste), a adoção do trabalho assalariado e a mecanização. A agricultura de exportação, organizada segundo padrões capitalistas, tornou-se o principal núcleo de acumulação de capitais do período. "Mas a economia e o capital cafeeiro ultrapassam largamente as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicada isoladamente (...). Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir as plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações, ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldades (...). O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos: ele representa ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial."² A característica predominante do capital cafeeiro era a comercial, pois "a acumulação realiza-se sobretudo ao nível do comércio, o que acarreta um desenvolvimento mais lento das forças produtivas".³

2. A Indústria

As transformações, que ocorreram inicialmente na cafeicultura, engendram o estabelecimento de uma produção industrial interna, cujos limites foram, de um lado, dados pela economia de exportação; de outro lado, pela inserção do país na divisão internacional do trabalho. Café e indústria mantinham, simultaneamente, relações de complementaridade (o café implementava a produção industrial) e de contradição (o café impunha limites ao desenvolvimento industrial).

2. Silva, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, p. 59-60.

3. *Idem*, p. 62.

Os capitais industriais eram oriundos de três fontes básicas: do comércio importador, cujas margens de lucro tendiam a declinar, devido ao decréscimo da capacidade importadora do país (política de defesa do café e crescente defasagem entre os preços dos produtos manufaturados e produtos primários); dos cafeicultores, que aplicavam parte de seus lucros em atividades diretamente industriais (sobretudo nos momentos de retração do mercado cafeeiro) ou indiretamente através do sistema bancário; de imigrantes que traziam capitais de seus países natais.

O mercado de trabalho industrial foi formado por imigrantes que abandonavam as áreas agrícolas, devido às péssimas condições de trabalho, ou quando os salários agrícolas eram comprimidos (momentos de crise da economia cafeeira). O mercado consumidor era constituído pelos assalariados urbanos e rurais e pelas baixas camadas médias.

A indústria brasileira (concentrada no eixo cafeeiro) relacionava-se ao sistema capitalista mundial através da inserção do país na divisão internacional do trabalho. As unidades industriais orientavam sua produção para bens de consumo leves, enquanto as matérias-primas e bens de capital eram fornecidos pelas áreas de capitalismo desenvolvido. Este relacionamento era mediatizado pelo capital cafeeiro, proporcionador das divisas necessárias às importações industriais.

A burguesia cafeeira, que detinha o controle do aparelho de Estado, engendrou uma política econômico-financeira orientada para a manutenção dos níveis de rentabilidade do setor exportador, mediante a manipulação das taxas cambiais, cujo resultado era a manutenção dos preços do café em moeda corrente e a diminuição da capacidade importadora do país. A manipulação cambial teve efeitos contraditórios sobre a produção industrial, pois funcionava simultaneamente como uma proteção ao produto nacional e como empecilho à importação de matérias-primas e de bens de capital. Portanto, à medida que as restrições às importações não se fizeram seletivamente, cada ramo industrial sofria de maneira diversa os efeitos da política de defesa do

café (dependendo da necessidade maior ou menor de bens importados).

A indústria não se desenvolveu a partir de um sistema artesanal preexistente, mas desde logo se implantou como uma produção capitalista, fundada em grandes unidades fabris, que exploravam intensamente a mais-valia operária e que predominavam quanto ao número de operários utilizados, aplicação de capitais, valor da produção.⁴ No entanto, coexistiam com a grande indústria inúmeras empresas artesanais ou semi, cujos proprietários trabalhavam lado a lado com os empregados. Importa destacar que entre 1907 e 1920 (anos de recenseamento industrial) a grande indústria fortaleceu-se, teve grande crescimento, o que atesta sua importância no período considerado.

Assim sendo, café e indústria foram aspectos do desenvolvimento capitalista no Brasil.

B — O Estado Republicano

1. A Constituição

A passagem do Estado imperial para o republicano “concretizou a hegemonia política da burguesia cafeeira de São Paulo, em aliança com os setores fundiários de Minas Gerais, no seio da classe dominante”.⁵ A Proclamação significou a ascensão política da burguesia comercial cafeeira (que representava os interesses dos demais setores agroexportadores).

O Estado republicano tomou a forma da democracia representativa burguesa, calcada no liberalismo clássico: todos os brasileiros maiores de 21 anos adquiriram direitos civis e políticos mínimos, inscritos na Constituição de 1891, que caracterizava todos os indivíduos como cidadãos. Os

4. Cf. Silva, Sérgio. *Op. cit.* e Cano, Wilson. *Razes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977.

5. Saes, Décio A. M. *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil*, Paris, mimeo., 1974, p. 46.

direitos civis mínimos, de conformidade com o liberalismo clássico, eram “os direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e a concluir contratos válidos e direito à justiça. Este último difere dos demais, porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual”.⁶ Os direitos civis estendidos ao conjunto da população efetivaram politicamente a abolição do trabalho compulsório (1888). (A força de trabalho transformou-se em mercadoria, em capital variável, o trabalhador transformou-se em cidadão.) Os direitos civis fundamentais — liberdade de ir e vir, de contrato e direito à propriedade — garantiam constitucionalmente a livre circulação da força de trabalho e sua exploração (formalmente o trabalhador poderia alocar sua força de trabalho onde e a quem lhe conviesse, como também o proprietário poderia utilizar-se livremente de seus bens e empregar a força de trabalho que melhor lhe conviesse. Os direitos civis encobrem a desigualdade fundamental entre trabalho e capital).

Os direitos políticos mínimos — votar e ser votado — fundamentam o caráter representativo do Estado, em que todos os cargos políticos eram eletivos; no entanto, a regulamentação do direito ao voto (eleitores somente homens, maiores de 21 anos, e alfabetizados) exclui parcelas significativas da população do processo eleitoral; se comparado ao voto censitário imperial, formalmente ampliou o contingente de eleitores, sobretudo nas cidades.

Os direitos sociais foram repudiados em nome do individualismo (o Estado somente supervisiona toda a gama de relações sociais, políticas e econômicas, que se estabelecem entre os indivíduos); assim sendo, durante todo o período republicano, os detentores do poder político (secundados pela burguesia industrial) resistiram a todas as tentativas de introdução de direitos sociais, tais como direito à aposentadoria, às férias, à indenização e à regulamentação das relações entre capital e trabalho.

6. Marshall, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 63.

2. A Prática Política das Oligarquias

O liberalismo clássico, tomado como referência pelos artífices da República, na prática política sofreu um processo de reelaboração, resultando no liberalismo oligárquico. O Estado formalmente democrático e representativo em seu funcionamento “definiu-se como uma democracia elitista e limitada, reservada ao uso dos proprietários rurais e de uma fração das populações urbanas”.⁷

A classe dominante agroexploradora (burguesia comercial) elaborou as normas do exercício de dominação política, através do pacto denominado “política dos governadores”. Às frações da classe mais poderosa econômica e eleitoralmente (SP e MG) coube o controle das instituições políticas federais, que efetivamente foram colocadas a seu serviço, como atestam as políticas de defesa do café, que poderiam, eventualmente, não coincidir com os interesses dos demais Estados. Às demais frações da classe dominante coube o controle das instituições políticas dos respectivos Estados. Aos demais setores sociais (não proprietários) foi vedada toda e qualquer participação política autônoma, nos mecanismos de poder.

Os mecanismos de dominação e exclusão política — prática política efetiva das oligarquias — invalidaram o caráter formalmente liberal da República. Os direitos civis foram interpretados pelas oligarquias, como direitos próprios e exclusivos dos homens “cultos” (os que tinham acesso à educação: a classe dominante e as camadas médias tradicionais). Os direitos civis não poderiam ser utilizados para contestar o padrão de dominação política vigente e tampouco para contestar a organização sócio-econômica do país. Assim, quando exercido pelas classes dominadas (“incultas”) o direito à palavra, ao livre-pensamento e à associação, foram objeto de repressão policial (que coibia o exercício dos direitos constitucionais), como provam os empastelamentos de jornais operários, a prisão de líderes sindicais e anarquistas, e a lei de expulsão de estrangeiros

(Lei Adolfo Gordo). No entanto, foram mantidos e respeitados os direitos civis, que asseguravam a exploração capitalista, como o direito à propriedade, o direito de ir e vir (este sofreu restrições impostas por proprietários rurais de diversas regiões, mas não diretamente apoiados pelo Estado).

O liberalismo econômico — *laissez-faire* —, formalmente adotado pelo Estado republicano, em realidade ocultava a sua natureza intervencionista. A intervenção estatal na economia manifestou-se basicamente nas políticas de defesa do café, que regulamentavam a produção (medidas para conter o plantio) e a comercialização (retenção de estoques). (A política de defesa do café foi inaugurada em 1906 e perdurou, com alterações, por todo o primeiro período republicano.) No entanto, o liberalismo econômico foi invocado e mantido diante das reivindicações de protecionismo alfandegário, levantadas por setores da burguesia industrial e quando os trabalhadores reclamavam direitos sociais que, segundo as oligarquias, não poderiam ser concedidos, por representarem uma ruptura no regime da livre concorrência e de livre contrato.

Os direitos políticos, que poderiam incorporar ao processo político-eleitoral grupos sociais não oligárquicos, foram suprimidos através da regulamentação do direito ao voto; através do voto em aberto (que permitia a pressão direta sobre o eleitorado); através da inexistência da Justiça Eleitoral (que tornava impune a prática corriqueira de fraude, as denominadas eleições a bico de pena); e através da Comissão de Verificação de Poderes, que somente diplomava candidatos eleitos pelas situações estaduais, obstaculizando a posse de candidatos porventura eleitos por setores não oligárquicos ou mesmo por setores oligárquicos da oposição.

Em suma, a prática política das oligarquias impediu a participação política autônoma dos demais setores sociais; estes, ou foram incorporados subordinadamente à política oligárquica, ou foram totalmente excluídos da participação nas instituições republicanas.

7. Saes, D. A. M. *Op. cit.*, p. 46.

C — O Estado e os Setores Sociais Não-Hegemônicos

1. A Burguesia Industrial

Em virtude das estreitas vinculações entre café e indústria e dos efeitos diversos (senão contraditórios) da política econômico-financeira do Estado sob a hegemonia da burguesia cafeeira (comercial) sobre a indústria, o empresariado industrial não logrou desenvolver uma ação política autônoma, em face dos setores agroexportadores. Os industriais subordinaram-se politicamente às oligarquias hegemônicas, aceitando a direção política que elas imprimiam à sociedade nacional.

“A passividade da burguesia industrial nascente explica-se, antes que por razões psicológicas ou culturais, pela articulação originária entre capitalismo comercial e capitalismo industrial (...). Esta articulação e suas consequências sócio-econômicas permitiram a absorção política da burguesia industrial pelo sistema político oligárquico. A burguesia industrial não logrou encontrar a sua expressão política industrializante ou mesmo industrial. Sintomaticamente a maioria dos empresários de São Paulo aderiram ao P.R., quartel-general da burguesia cafeeira; assim, agindo, encontraram o meio de obter diversas concessões individuais — tarifas alfandegárias, empréstimos, isenções — do poder político oligárquico (...). Mas a dispersão política da burguesia industrial não se exprimiu somente no plano da organização política, mas também no plano da defesa de interesses corporativos: a primeira associação estritamente industrial constituiu-se somente em 1926; a associação comercial representava, até esta data, os interesses da indústria (...).”⁸

A burguesia industrial somente nos momentos de confronto aberto e agudo com o proletariado tentou formular

8. Saes, Décio A. M. *Op. cit.*, p. 62.

ações coletivas reivindicatórias e associativas. Reclamou ao Estado a solução dos conflitos trabalhistas, mediante a utilização da repressão policial sobre os movimentos operários; geralmente foi atendida (o Estado, ao desencadear a repressão sobre os operários, invocava a necessidade de manutenção da ordem pública e do direito à propriedade e ao trabalho). A primeira tentativa de formação de associações patronais ocorreu em 1907 durante a greve geral, que eclodiu em São Paulo. Os proprietários de gráficas e de indústrias têxteis buscaram formar associações, com o intuito de agir unificadamente frente à parede. Entretanto, as duas tentativas não obtiveram sucesso, desfazendo-se ainda durante a vigência da greve. Portanto, as tentativas de ação coletiva dos empresários constituíram-se basicamente como uma reação aos movimentos dos trabalhadores.

Assim, os industriais, “não identificando interesses de grupo, não poderiam lançar-se à criação de organismos cujo objetivo primordial fosse a tradução desses interesses numa ideologia e num programa, bem como a defesa desse programa na luta política”.⁹

A ausência de um programa industrializante, como alternativa para o agrarismo dominante, impediu o estabelecimento de alianças políticas entre os industriais e outros setores sociais não oligárquicos, que poderiam ter interesse na industrialização (por exemplo, o operariado) e na reestruturação da hegemonia política. Em resumo, os industriais adotaram “uma posição de submissão à oligarquia, aceitando um tratamento paternalista e condescendente que exigia, em troca de pequenas concessões individuais, a fidelidade às grandes diretrizes traçadas pela cúpula oligárquica”.¹⁰

9. Saes, Décio A. M. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 80.

10. Saes, Décio A. M. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 81.

2. As Camadas Médias Tradicionais

O desenvolvimento e o refinamento do aparelho de Estado a partir de 1870 propiciaram a formação de uma burocracia civil e militar, nas cidades (sobretudo no Rio e em São Paulo). Concomitante, a expansão cafeeira no Estado de São Paulo ocasionou o desenvolvimento de uma infra-estrutura urbana de serviços, criando um mercado de trabalho não manual (restrito). Assim, burocratas e funcionários compunham as camadas médias, cujo denominador comum era o exercício de atividades não manuais, que os protegiam do estigma do trabalho manual (preconceito vigente na sociedade recém-egressa do escravismo). No entanto, as camadas médias (como o uso da designação no plural indica) não se constituíram em um grupo social coeso, sendo necessário distinguir dois subgrupos: os setores ascendentes e os destituídos, que se relacionaram de modo diverso com o sistema político oligárquico.

Os setores destituídos (ou camadas médias tradicionais) eram compostos por elementos oriundos da propriedade fundiária, que, por motivos diversos (conforme a região do país), haviam perdido a posse da terra. Em São Paulo a expansão cafeeira promoveu a concentração da propriedade fundiária, expulsando para as cidades os antigos pequenos e médios proprietários; a “marcha para o Oeste” levou à ruína os cafeicultores do Vale do Paraíba (escravocratas), que procuraram as cidades, fugindo da degradação social imposta pelo empobrecimento. As oligarquias reservaram aos setores destituídos os melhores cargos da administração pública, como também se utilizaram de seu prestígio social para garantir aos ex-proprietários o acesso aos cargos mais prestigiosos da administração privada. Os setores destituídos, dependentes economicamente das oligarquias, com elas compartilhavam o universo de valores sociais, morais e políticos. Nesta medida, puderam ser incorporados ao sistema político vigente, ainda que de forma subordinada. As camadas médias destituídas, que tinham acesso à educação, participaram através da incorporação de seus membros ao PR (formando os quadros

políticos representantes das oligarquias); ou ainda participaram das dissidências oligárquicas. Enfim, as camadas médias destituídas aceitaram a política desenvolvida pelas oligarquias e não elaboraram qualquer projeto político alternativo e tampouco propuseram alianças políticas com o intuito de mudar o padrão de dominação imperante.

3. Os Setores Médios Ascendentes

Os setores médios ascendentes (ou baixa classe média) ocuparam, no terciário urbano, “as funções menos prestigiosas, (baixo funcionalismo público, serviços de escritório, no setor comercial e bancário) (...). Não só os brasileiros de origem mais pobre encontraram no desempenho dessas tarefas pouco sofisticadas (porém, empregos de colarinho e gravata) um meio de fugir do estigma do trabalho manual e ao horror da condição operária (...) como também os imigrantes europeus visualizaram aí uma alternativa urbana ao trabalho duro e mal remunerado da economia cafeeira”.¹¹ Entretanto, por suas condições de sobrevivência, estavam mais próximas do operariado que dos setores médios tradicionais.

As baixas camadas médias formalmente possuíam o direito ao voto (exceto os estrangeiros), que, no entanto, foi suprimido através dos mecanismos de controle eleitoral. Em virtude do seu distanciamento das oligarquias (origens diversas e não dependência econômica direta) e por sofrerem os efeitos da política de defesa do café (não acesso às importações e alta do custo de vida), seriam potencialmente um grupo capaz de desenvolver uma política antioligárquica. Entretanto, isto não ocorreu; pois devido à sua carência cultural e ao distanciamento dos mecanismos de dominação política, os setores médios ascendentes convertiam “todos os problemas políticos em problemas de administração, pensavam que suas dificuldades (carestia, inflação, más condições de habitação etc.) seriam solucionadas através da

11. Saes, Décio A. M. *Op. cit.*, p. 34.

punição de alguns especuladores gananciosos, pela administração pública".¹²

As reivindicações básicas dos setores ascendentes eram fundamentalmente de ordem econômica, as mesmas do operariado. Entretanto, para as baixas camadas médias as reivindicações esgotavam-se no seu imediatismo (não eram transpostas para o plano político). Enquanto para os operários (ou parcelas) "tais reivindicações constituíam uma etapa da luta mais ampla contra a própria organização capitalista da produção, para os assalariados do terciário urbano elas esgotavam todas as aspirações possíveis (...). Desse modo, a prática política dos baixos setores médios limitava-se à formulação, mais ou menos vaga e difusa, de reivindicações econômicas dificilmente atendidas pelo Poder".¹³

Os setores ascendentes, ainda que próximos em suas condições de sobrevivência ao proletariado, não se identificaram com as lutas operárias, pois acima de tudo se consideravam trabalhadores não manuais e não desejavam ser confundidos com os que "metiam a mão na massa". Esta atitude impediu o estabelecimento de alianças entre o operariado e as baixas camadas médias, quer em prol da obtenção de melhorias imediatas, quer em prol de um projeto político alternativo (industrialização ou mesmo superação do capitalismo).

Também uma possível aliança entre as camadas populares urbanas (operariado e baixas camadas médias) e as populações rurais não foi possível de ser estabelecida. Como vimos, uma aliança entre os grupos populares urbanos não foi concretizada. A aliança do operariado e as populações rurais foi tentada infrutiferamente pelas lideranças anarquistas. A população rural de origem brasileira encontrava-se fortemente submetida à política coronelista, desenvolvida pelos proprietários rurais, dos quais dependiam para sobreviver. A população rural de origem estrangeira (colonos nas fazendas de café) foi impedida de manter contatos

12. *Idem*, p. 41.

13. Saes, Décio-A. M. *Op. cit.*, p. 63.

com as cidades, através do fechamento arbitrário das fazendas.

Embora os anarquistas procurassem desenvolver uma política em relação aos colonos (considerados como uma parcela do operariado), sua ação foi obstaculizada pela falta de meios de comunicação (isolamento das fazendas) e pela ação coercitiva dos proprietários, que a todo custo tentavam impedir o contato interfazendas (impossibilitando a eclosão de movimentos reivindicatórios amplos) e entre as fazendas e os centros urbanos. Desta forma, todas as tentativas de articulação entre o operariado e o colonato foram fracassadas, e a ação dos anarquistas restringiu-se à distribuição (precária) de seus jornais pelo interior do Estado de São Paulo e pela constante denúncia da ação opressora dos proprietários rurais.

4. O Operariado

Em seu relacionamento com os demais setores sociais, o operariado sofreu dupla segregação, oriunda dos preconceitos veiculados pela ideologia corrente. Por um lado, a desvalorização do trabalho manual agia no sentido de isolar o operariado dos demais setores sociais, mormente daqueles que poderiam converter-se em seus aliados políticos (baixas camadas médias). Por outro lado, atuava o preconceito em relação ao estrangeiro; os imigrantes, portadores de tradições culturais próprias, despertavam reações etnocêntricas entre os brasileiros, sobremaneira os da classe dominante, que "não queriam admitir que 'mascates', 'pés de chumbo', ou 'operários anarquistas' viessem dizer qual a melhor maneira de organizar a sociedade".¹⁴

O Estado republicano garantia constitucionalmente direitos civis ao conjunto da população, mas impediu o livre exercício destes direitos, quando utilizados para contestar o padrão de dominação vigente, o que atingiu sobretudo os

14. Rodrigues, J. A. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, 1968, p. 33.

movimentos reivindicatórios do operariado. Os direitos políticos foram definitivamente negados aos trabalhadores através da interdição de voto ao estrangeiro. Não somente a participação político-eleitoral foi vedada aos trabalhadores, como também todas as formas de participação a nível institucional. O Estado não permitiu a abertura de canais institucionais capazes de assimilar as demandas de ordem política, econômica e social, que brotavam no interior do grupo, e tampouco canais constitucionais capazes de mediatizar os conflitos agudos entre o capital e o trabalho. (Os sindicatos, por exemplo, não foram reconhecidos como instituições de mediação e representação.) Destarte, o Estado, diante do operariado, limitou-se a implementar a política de exclusão e de repressão. A questão operária deveria ser resolvida na esfera policial.

As condições enfrentadas pelo operariado no interior da sociedade brasileira levaram-no (ou setores) a adotar a ideologia libertária, como orientação de suas ações coletivas. O anarquismo repudia totalmente a organização social capitalista; seu objetivo fundamental era a abolição da sociedade de classes, através da revolta dos oprimidos. O único campo legítimo da luta contra a exploração era o econômico, a luta de classes seria um fato econômico (inerte às relações de produção) e não político.

O Estado era imediatamente identificado com a classe dominante e tinha por função a defesa de seus interesses. O reino da política “não era o campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe, mas a área privilegiada de ação dos ‘ricos’, todos eles mais ou menos iguais em suas intenções de explorar em proveito próprio e de seus afilhados a máquina estatal. Mais uma vez, o Estado oligárquico parecia confirmar, em larga medida, a teoria anarquista ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes”.¹⁵

Os anarquistas abominavam qualquer participação operária nas instituições burguesas, que teria como resul-

15. Fausto, Bóris. *Op. cit.*, p. 69.

tado o fortalecimento do aparelho de Estado (opressor por excelência). Ao preconizarem que a luta contra a opressão seria própria das relações de produção, e que deveria ser conduzida pelos próprios oprimidos sem a mediação de organismos de representação ou partidos políticos, os anarquistas rejeitavam toda a possibilidade de alianças com setores sociais não diretamente explorados pelo capital (baixas camadas médias e burguesia industrial). A adoção do anarquismo, por um lado, foi fruto das condições sociais vividas pelo operariado, sobretudo o seu isolamento político — a exclusão política imposta pelos detentores do poder e a impossibilidade de efetivar alianças com outros grupos sociais. Por outro lado, o anarquismo atuava no sentido de reforçar este isolamento do operariado.

D — O Predomínio da Ideologia Libertária

A difusão do anarquismo em São Paulo não deve ser atribuída somente à origem estrangeira recente da classe trabalhadora, mas antes deve ser vinculada às condições sociais, políticas e econômicas imperantes na República Velha. Através da pesquisa das fontes primárias, procuramos, por um lado, aprofundar o conhecimento da ideologia e, por outro lado, relativizar as interpretações que privilegiavam a relação anarquismo/imigração, enfatizando a relação entre anarquismo/condições políticas, deixando em aberto a exploração de outras relações (sem dúvida importantes), tais como anarquismo/condições da produção industrial.

A teoria da “planta exótica” (que foi reatualizada por autores que consideraram o anarquismo como um movimento de importação mecânica de um ideário político) foi rebatida pelos próprios anarquistas (ver adiante), ao colocarem que sua atuação no Brasil se devia à “questão social”. Isto é, que a relação social imperante seria a dominação do homem pelo homem. O libertarismo seria “natu-

ral” na sociedade brasileira, estando implícita a noção de que o desenvolvimento do capitalismo gera o desenvolvimento de doutrinas anticapitalistas (doutrinas políticas voltadas para a superação da sociedade burguesa). Mas esta colocação não é suficiente para vincular o anarquismo a uma realidade capitalista específica — a paulista. E resta a pergunta: por que predominou o anarquismo e não o socialismo que, embora presente durante todo o período considerado, não logrou penetrar efetivamente no movimento operário? Mesmo admitindo-se a hipótese de que o anarquismo teria predominado devido à origem estrangeira do proletariado (sensibilizado pela doutrina em seus países natais), resta a mesma pergunta: por que anarquismo e não socialismo, também atuante nos países europeus?

A organização estatal republicana, ao impedir a participação política dos setores não oligárquicos (e não elaborando canais institucionais capazes de absorver as demandas da classe trabalhadora), contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do anarquismo no interior do nascente movimento operário; e impediu o desenvolvimento do socialismo, cujas proposições pressupunham uma participação na política burguesa (ou, ao menos, pressupunham a luta em prol da participação política autônoma do proletariado). A classe trabalhadora (ou seus setores de vanguarda), ao aceitar a direção anarquista em seu movimento reivindicatório, buscava formas de participação político-social extra-institucionais. As análises e críticas da realidade brasileira (constantes nos jornais) e as reivindicações levantadas pelos anarquistas atestam a tentativa de participação nos rumos da sociedade nacional, a procura de soluções para os problemas enfrentados pelo operariado, buscando-se uma forma de atuação, não obstante a política oligárquica. Devido à ausência de uma política do Estado nacional em relação à classe operária, suas demandas foram diretamente dirigidas ao patronato, de conformidade com as normas de atuação libertárias.

O projeto político amplo e geral dos anarquistas para a sociedade brasileira era a superação da sociedade capitalista e a instauração da sociedade anárquica. Este projeto

revolucionário (luta pelo estabelecimento de uma sociedade igualitária, onde não mais os homens se dividiriam em detentores do capital e vendedores da força de trabalho) foi um tema pouco abordado pelos anarquistas de São Paulo — sobretudo o encaminhamento da revolução no Brasil —, mantendo-se basicamente como um apelo doutrinário em seu discurso teórico. Ao discursarem sobre a realidade brasileira e sobre o movimento operário (prática política concreta) os anarquistas deram grande ênfase à luta por medidas reformistas, que não implicavam a destruição do capitalismo, mas que não excluía a luta pela revolução.

Como veremos adiante, as propostas de modificações econômicas no Brasil, levantadas pelos libertários, revelaram-se conservadoras. Um possível projeto de industrialização (ou mesmo medidas de proteção à produção industrial interna), mesmo que pudesse trazer algum benefício imediato ao operariado, não foi cogitado pelos libertários. A industrialização não foi defendida sequer pela burguesia industrial, que em momento algum procurou o apoio político do operariado, mantendo-se fiel à sua política de intensificar a exploração da mão-de-obra e de reivindicar ao Estado medidas repressoras, nos momentos de conflito entre trabalho e capital. A industrialização também não foi defendida pelos setores médios (que poderiam constituir-se em agentes da industrialização). A impossibilidade de alianças interclassistas em prol de quaisquer modificações no interior da economia capitalista encontrou eco em posições libertárias, que, objetivando manter a “pureza” do movimento operário (a não-intromissão de elementos alheios à classe), eram contrárias ao estabelecimento de pactos políticos. Acima de tudo os anarquistas consideravam que os rumos do desenvolvimento da economia capitalista não diziam respeito ao operariado. Ao operariado cabia lutar contra a burguesia em busca do reconhecimento de seus direitos individuais e sociais (trabalhistas) e em busca da superação da propriedade burguesa.

A ausência de um projeto industrial entre os libertários não permite supor que o anarquismo seria uma ideologia própria de artesãos transmutados em vendedores de força

de trabalho pelo processo de desenvolvimento capitalista. Em primeiro lugar, porque a produção industrial no Brasil não se originou de um sistema artesanal preexistente, mas desde logo se implantou como grande indústria; em segundo lugar, porque a luta reivindicatória travada pelos anarquistas foi em prol do reconhecimento de direitos trabalhistas próprios aos operários de fábrica;¹⁶ em terceiro lugar, porque a pesquisa das fontes primárias revelou que os anarquistas valorizavam o elemento operário "criador de todas as riquezas" e não a profissão (o ofício), procurando elaborar uma moral própria à classe fundamentada na solidariedade entre oprimidos. Aqui, reencontramos a problemática da relação imigração/anarquismo. Como vimos, os imigrantes operários sofriam no Brasil dupla segregação imposta pelo preconceito em relação ao estrangeiro e em relação ao trabalho manual. (Mas, como frisaram os próprios anarquistas, o imigrante sofria basicamente os efeitos de um preconceito de classe, uma vez que o imigrante proprietário era aceito pela sociedade.) O libertarismo, ao valorizar o operário (e não o artesão), poderia sensibilizar o estrangeiro em sua condição de vendedor de força de trabalho, condição estigmatizada pelos brasileiros natos.

Embora relegando a segundo plano o projeto revolucionário, os anarquistas procuraram impulsionar o movimento operário através da luta pelo reconhecimento dos direitos sociais (trabalhistas), tidos como ilegítimos pelas classes dominantes. A organização política republicana, ao impedir a participação política dos trabalhadores, levou-os a buscar formas de atuação (defesa de interesses imediatos da classe) fora (extra) canais institucionais, cuja representação fundamental foi o sindicato.

Os sindicatos (não reconhecidos como órgãos de mediação e representação) dirigiam as demandas da classe diretamente ao patronato, mas maneira fragmentária, pois colocavam suas demandas particularmente a cada patrão (não se dirigiam à burguesia industrial em conjunto, o que

16. Consultar a esse respeito Silva, L. O. *Movimento Operário e Sindical na Primeira República*, Campinas, mimeo., 1977.

somente ocorreu nos momentos das grandes greves, como a de 1917). No entanto, a fragilidade desta posição (isto é, a dificuldade em obter melhorias em contratos particulares sem o compromisso do conjunto do empresariado e sem a mediação do Estado) fez com que, por vezes implicitamente e por vezes explicitamente, os anarquistas tivessem dirigido suas reclamações por direitos do trabalhador diretamente ao Estado, em flagrante contradição com seus princípios doutrinários. Portanto, a luta por direitos trabalhistas teve dois interlocutores: os patrões e o Estado.

A luta reivindicativa dos anarquistas não foi restrita aos direitos trabalhistas, mas incluiu também a luta por direitos individuais inscritos na Constituição. Esta luta foi diretamente dirigida ao Estado. Os libertários não colocaram em discussão o conteúdo destes direitos e tampouco exigiram sua ampliação, aceitando implicitamente a orientação liberal da Constituição e exigindo sua efetivação, o que somente poderia ser realizado pelo Estado. O desrespeito aos direitos individuais impedia o livre desenvolvimento do movimento anarquista e do movimento operário, pois permitia que o Estado (por *moto próprio* ou a pedido dos industriais) levasse a cabo a política de repressão (cuja forma mais acabada foram as leis de expulsão de estrangeiros). Daí a necessidade sentida pelos anarquistas de lutarem em prol dos direitos individuais (sobretudo o direito de livre associação e ao livre pensamento). Os direitos políticos não se constituíram em reivindicação dos anarquistas, que consideravam a luta política, através de canais institucionais, inócua e infrutífera. Mas os anarquistas não ignoraram a "política", lançando-se a uma tarefa de constante denúncia do caráter classista do Estado brasileiro e sobretudo do caráter fraudulento de todo o processo político-eleitoral (a não-efetivação da democracia).

A luta por direitos individuais e sociais não levou à realização de qualquer aliança de classes, por exemplo, uma aliança entre o operariado e as baixas camadas médias, que também tinham o exercício dos direitos constitucionais cerceado. Isto devido às restrições da teoria anarquista, ante os pactos políticos ("pureza" do movimento

estas páginas são
imprim.
tanto
para a
aula

operário e método de ação direta) e devido ao horror, dos demais setores populares urbanos, de serem confundidos com o proletariado (preconceitos); e também porque (como já observamos) as baixas camadas médias consideravam que a solução de seus problemas econômicos e políticos seria dada por medidas e alterações administrativas.

A principal batalha travada pelos anarquistas nos primórdios do movimento operário brasileiro foi a luta em prol dos direitos sociais, cujos limites foram dados pelo meio sócio-político brasileiro; por outro lado, tais limites foram dados pelos próprios equívocos da teoria anarquista, resultando em certa fragilidade do movimento operário (a não-efetivação das medidas reclamadas e a não-manutenção das melhorias obtidas através da mobilização da classe). A análise do discurso libertário permitiu relativizar o peso do fator imigração como explicação para a vigência do anarquismo e permitiu o levantamento de outros fatores, que de alguma maneira contribuem para elucidar a questão do predomínio do libertarismo na primeira etapa do movimento operário brasileiro.

Capítulo III

A teoria anarquista

A — O Anarquismo: Idéias Gerais

Sob a designação de anarquismo têm sido agrupadas diferentes escolas de pensamento, que possuem em comum a negação e o repúdio a toda forma de autoridade — poderes coercitivos — que atua sobre os indivíduos ou grupos sociais. Assim, o termo anarquista agrega concepções de mundo e propostas de reorganização social, que podem ser contraditórias entre si (ou mesmo excludentes) como, por exemplo, a doutrina do Eu-único (a utilização de tudo por todos, que repudia todas as formas de colaboração inter-humana, representante do mais ferrenho individualismo) de Max Stirner, e as doutrinas mutualistas e coletivistas de autores como Bakunine e Kropotkine.

Esta noção-negação da autoridade é veiculada por diversos analistas do pensamento anarquista, de tal forma que, em última instância, o pensamento anarquista se configura como um fato natural, universal e a-histórico, pois sempre e em toda a parte ocorreram e ocorrem manifestações (intelectuais, sociais e políticas) com características antiautoritárias. Portanto, esta noção é bastante vaga e dificulta a compreensão dos conteúdos, dos objetivos específicos de cada tendência rotulada de anarquista, bem como